

SILLOGÉS - SEIS ANOS DE ATIVIDADES**SILLOGÉS – SIX YEARS IN ACTIVITY**

DOI 10.5281/zenodo.10583238

Angela Beatriz Pomatti¹Cristiano Enrique de Brum²Luciana da Costa de Oliveira³Marcelo Vianna⁴

Ao saudarmos nossos leitores, a equipe editorial comemora seis anos da revista Sillogés. Embora tecnicamente a primeira edição da revista tenha sido publicada em julho de 2018, lançada com as devidas pompas durante o XIV Encontro Estadual de História da Anpuh/RS, realizada em Porto Alegre nas dependências da PUCRS, ela foi idealizada pelo GT Acervos, História, Memória e Patrimônio no ano anterior, como um meio de reunir trabalhos de historiadores, museólogos e pesquisadores de áreas afins interessados em debater suas fontes. Em janeiro de 201, ela se materializou, com espaço virtual concedido pelo Laboratório de História Comparada do Cone Sul, grupo de pesquisa do CNPq, contando com apoio da Anpuh/RS. Desde então, 134 artigos foram publicados em 12 edições semestrais, contemplando temas como Educação Patrimonial, Escravidão e Pós-Abolição; História da Educação, da Saúde e da Política; Acervos Digitais, entre outros, contribuindo para o debate científico envolvendo desde a

¹ Museóloga do Museu de História da Medicina (MUHM). Coordenação GT Acervos ANPUH/RS. Editora Revista Sillogés. E-mail: angelapomatti@yahoo.com.br Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6621-5635>

² Historiador. Editor Revista Sillogés. E-mail: cristianodebrum@gmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4119-4158>

³ Pós-Doutora do Programa de Pós-Graduação em História - Unisinos. Coordenação GT Acervos ANPUH/RS Editora Revista Sillogés. E-mail: luciana_de_oliveira@hotmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2784-6220>

⁴ Presidente Comissão Central Núcleo de Memória do IFRS. Coordenação GT Acervos ANPUH/RS. Editor Revista Sillogés. E-mail: maverian1@gmail.com Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3687-3474>

preservação de acervos relacionados à cultura material e imaterial até os usos dos documentos na pesquisa histórica e na educação para o patrimônio. Só temos a agradecer à comunidade pelo seu apoio, reconhecendo na Sillogés uma aguerrida publicação, que procura ser um espaço não apenas para pesquisadores com trajetórias mais consolidadas, mas aqueles que iniciam sua trajetória e que atuam em espaços que envolvam História e Memória para além do consagrado meio acadêmico.

Infelizmente, outra data a lembrar é o infame ataque terrorista em Brasília, ocorrido no dia 08 de janeiro de 2023. Influenciada pela (ir)racionalidade bolsonarista, com anuência ou oportunismo de certos setores políticos e militares, a invasão e a destruição de parte do patrimônio histórico existentes no Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal foi algo grotesco, no qual a sociedade espera uma punição exemplar aos envolvidos. Também ficou evidenciado que são imprescindíveis ações que visem fomentar uma educação para o patrimônio, para uma maior valorização dos bens históricos materiais e imateriais do país por parte da população, conscientizando-a. Defender a democracia e suas instituições passa pela preservação e conscientização do nosso patrimônio.

De forma objetiva, os esforços das equipes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), universidades e demais entidades na recuperação dos bens destruídos pelos terroristas devem ser saudados. Ações de cooperação e acordos técnicos vem possibilitando minorar os danos, entre as quais o Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Pinturas (Lacorpi) da UFPel, que atuará na recuperação de 20 obras artísticas atingidas no Palácio do Planalto, entre as quais o quadro “As Mulatas”, de Di Cavalcanti (1962) – a capa de nossa edição é uma homenagem a esse esforço.

Figura 1 – Integrante da equipe do Laboratório Aberto de Conservação e Restauração de Pinturas (Lacorpi) da UFPel examinando a obra “As Mulatas”, de Di Cavalcanti.



Fonte: Agência Brasil/EBC, 08 de janeiro de 2024.

Relativo à edição, foi proposto um dossiê especial voltado a pesquisas desenvolvidas por historiadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). São servidores docentes e técnicos de diferentes campi que desenvolveram, ao longo de suas trajetórias acadêmicas na instituição (e anterior ao seu ingresso), trabalhos historiográficos. Nesse aspecto, um ponto de interesse é justamente o fato de serem produções de um campo do conhecimento, a História, que muitas vezes necessita lutar pelo seu reconhecimento na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esta, apesar dos inegáveis avanços por meio de instituições que buscam garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade, por vezes reproduz aspectos tecnicistas em seu sistema de ensino, ainda promovendo uma hierarquização de componentes curriculares, as quais as Ciências Humanas são desvalorizadas. Os trabalhos aqui reunidos contribuem para vislumbrar a importância da História no IFRS, contribuindo para formação dos estudantes em prol de uma EPT crítica, solidária e emancipatória, capaz de reconhecer e superar desigualdades e preconceitos,

fomentando cidadãos conscientes e protagonistas em meio às complexas relações existentes no mundo do trabalho.

O dossiê é composto por seis artigos. O primeiro deles, intitulado “Deusas e Monstras Homéricas: Olhares sobre a Arte”, de Letícia Schneider Ferreira (IFRS Campus Bento Gonçalves), reúne estudos sobre gênero e obras pictóricas na análise sobre o feminino em personagens homéricas. Sua contribuição, a partir da reflexão sobre Circe, Cila, Caribdis e as sereias representadas na narrativa da Odisseia de Homero e as pinturas dos séculos XVIII e XIX, trazem as mulheres como seres atraentes, frágeis e misteriosas, reforçando estereótipos que demarcam a desigualdade de gênero que persiste em nossa sociedade.

Marcelo Santos Matheus (IFRS Campus Canoas), com o artigo “Contra o esquecimento e a inviabilização: notas sobre a pesquisa acerca do passado escravista e africano do Rio Grande do Sul”, traz resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido com fomentos institucionais desde 2017. Para isso, o autor busca subsidiar ações de Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira em consonância com a Lei n.º 10.639/03, valendo-se da análise dos registros de batismo de escravizados entre os anos 1780 e 1850 no Rio Grande do Sul. O artigo instiga uma importante reflexão sobre a representatividade africana no Rio Grande do Sul e sua contribuição para formação social, ainda invisibilizada pelo apagamento do passado escravocrata, especialmente reforçado pelo imaginário social da imigração europeia.

O artigo “Asylo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição: Educação e Benemerência”, de Maria Augusta Martiarena (IFRS Campus Osório), propõe um olhar sobre as fotografias de uma instituição benemerente de Pelotas nos anos 1920. Para a autora, as imagens demonstram uma narrativa que se preocupa com a eternização do espaço e de seus beneméritos. Enquanto os espaços privados voltam-se à formação das jovens, sob uma perspectiva da assistência e simplicidade, revelam-se a grandiosidade dos espaços públicos da instituição, de forma a incentivar a distinção da elite pelotense, envolvida do patrocínio do empreendimento.

Por sua vez, Caroline Poletto (IFRS Campus Bento Gonçalves) traz o artigo “Notas sobre o anticlericalismo gaúcho através das páginas do Jornal Lúçifer”, periódico que circulou em Porto Alegre no início do século XX. Ainda que simpático ao anarquismo, o periódico não tinha uma vinculação direta com o movimento, dedicando-se à construção de uma narrativa anticlerical. Por ela, imagens, contos e outros recursos pelo jornal Lúçifer foram utilizados para criticar à Igreja Católica, denunciando sua influência na sociedade sul-rio-grandense. O estudo, desta forma, propõe explorar um tema secundário pela historiografia do movimento operário, sendo uma contribuição para os estudos sobre anticlericalismo.

O trabalho de Alexandre Ricardo Lobo de Sousa, intitulado “O Retrato: A implantação do Estado Moderno”, explora o segundo livro da trilogia de Érico Veríssimo, o Tempo e o Vento, a partir de seus personagens e contexto. A partir do romance histórico, o artigo procura analisar as transformações na transição da Primeira República com a consolidação do Estado a partir de sua centralização pós-1930 e suas influências na sociedade. O trabalho contribui para percepção da complexidade dessa transição, no qual o Estado ainda reflete as contradições entre o poder patriarcal resiliente e a modernização autoritária experimentada.

Por fim, Marcelo Vianna (IFRS Campus Alvorada e NuMem/IFRS), em “Origens da autonomia tecnológica em Informática no Brasil: planos e diagnósticos na passagem dos anos 1960” compartilha uma breve reflexão dois planos elaborados pela comunidade técnico-científica do período. Tais iniciativas, oriundas da relação de ambivalência entre comunidade técnico-científica e Ditadura Civil-Militar no contexto da Reforma Universitária, influenciaram as ações posteriores do Estado, contribuindo para consolidar o campo da Informática no país, com uma perspectiva de autonomia na produção de novas tecnologias computacionais. O artigo oportuniza a reflexão sobre história da ciência e da tecnologia, temáticas ainda pouco destacadas pela EPT e que contribuiriam para romper a divisão entre áreas de conhecimento técnicas e propedêuticas ainda existentes.

Do ponto de vista institucional, destacamos a realização da 6.^a Conferência Estadual de Cultura (6.^a CEC), realizada entre os dias 25 e 26 de janeiro de 2024 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Este evento, além de debater questões de extrema relevância para a cultura regional, selecionou, por meio de votação, delegados da sociedade civil e do poder público para representar o Estado na 4.^a Conferência Nacional de Cultura, que acontece em março próximo em Brasília. A etapa nacional ocorre em um contexto de recriação do Ministério da Cultura, que, anteriormente, havia sido extinto pelo governo Bolsonaro.

O GT Acervos: História, Memória e Patrimônio da Anpuh-RS esteve representado com delegados vinculados ao Colegiado de Museus e ao Colegiado de Memória e Patrimônio, participando, assim, ativamente do evento e das deliberações ocorridas em diversas plenárias, sobretudo as que estavam vinculadas ao Eixo 3, *Identidade, patrimônio e memória*. Na reunião, os delegados que representavam segmentos ligados à memória e ao patrimônio elegeram propostas que tinham por base a criação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial e, também, ações que contemplassem, junto a diversidade e multiplicidade cultural nacional, políticas públicas para salvaguarda e criação de acervos, coleções e espaços de memória. A defesa de profissionais que atuam em museus também foi defendida através das moções apresentadas.

Esperamos, nesses novos tempos onde a cultura volta a ser centro de debates, que nossas demandas voltem a ser prioridade e tenham lugar demarcado nas agendas de governantes. Assim como colocou Jorge Melguizo, ex-secretário de Cultura Cidadã e de Desenvolvimento Social de Medellín (Colômbia) e palestrante da 6.^a Conferência Estadual de Cultura, as mudanças sociais estão na “construção simbólica do valor da educação e da cultura na transformação de uma sociedade, na geração de uma nova sociedade”. E, assim, esperamos que aconteça nos anos que virão.

Vale ainda observar que em 2024 será realizado mais um Encontro Estadual de História, em sua 17.^a edição. Organizado pela Anpuh/RS, o evento será realizado entre

os dias 29 de julho e 01 de agosto na Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e tem como proposta “refletir acerca dos diferentes lugares do fazer histórico no século XXI”, explorando meios e modos nos quais os profissionais da História realizam suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O prazo para envio de propostas para simpósios temáticos é até 01 de março, enquanto as inscrições de trabalhos vão até 15 de abril. Como tem sido habitual, o evento possibilita que estudantes bolsistas de iniciação científica e PIBID apresentem seus trabalhos na Mostra de Ensino e Pesquisa, sendo uma experiência significativa para formação de historiadores e seu compromisso com uma produção de conhecimento situada, significativa e comprometida com a sociedade.

Por fim, já se encontra aberta a chamada para o dossiê “Acervos, memória e patrimônio: novos caminhos da produção da História Militar brasileira”, proposto pelos Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues (UNIVERSO), Prof. Dr. Ianko Bett (GTHM Anpuh/RS) e Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL). Trata-se de reunir pesquisas historiográficas e museológicas que tratem e analisem acervos, lugares e patrimônio histórico relativo ao campo militar, especialmente intensificadas nos últimos anos por novas abordagens e possibilidades de acessos de pesquisadores, superando perspectivas laudatórias. Levando-se em conta que o ano de 2024 marca os 60 anos do Golpe Militar e da imposição da Ditadura Civil-Militar sobre a sociedade, é uma forma dos pesquisadores acessarem e explorarem o campo militar de forma crítica, possibilitando novos desvelamentos de práticas e culturas estabelecidas pelos militares, sendo uma contribuição para entendermos suas relações com sociedade ao longo do tempo. O prazo para envio de propostas é 31.05.2024, sendo os pesquisadores da área convidados a submeterem seus trabalhos.

Uma boa leitura a todos!